

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

ANÁLISE DA ECONOMIA POLONESA
EM TRANSIÇÃO DO COMUNISMO

Paulo Otávio Barreiros Gravina
Matrícula: 0116058-2
Orientador: Marcelo de Paiva Abreu

Novembro de 2005

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO: *ANÁLISE DA ECONOMIA
POLONESA EM TRANSIÇÃO DO COMUNISMO.*

Paulo Otávio Barreiros Gravina

ass.:

Matrícula: 0116058-2

Orientador: Marcelo de Paiva Abreu

Novembro de 2005

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor,

ass.:

Paulo Otávio Barreiros Gravina
Matrícula: 0116058-2
Orientador: Marcelo de Paiva Abreu
Novembro de 2005

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

Índice

Introdução.....	5
Parte I: Histórico.....	6
I.1 – Antecedentes.....	6
I.2 – Declínio do regime.....	7
I.3 – Transição pós-comunismo.....	8
I.4 – União Européia e perspectivas para o futuro.....	9
Parte II: Características da economia polonesa.....	10
II.1 – Antes da transição.....	10
II.1.1 – <i>Características internas</i>	10
II.1.2 – <i>Características externas</i>	12
II.2 – A Transição.....	13
II.3 – Transformações.....	18
II.3.1 – <i>Composição do produto</i>	18
II.3.2 – <i>Política comercial</i>	20
II.3.3 – <i>Setor privado</i>	21
II.3.4 – <i>Investimentos</i>	23
II.4 – Economia atual.....	25
Parte III: Análise econômica.....	27
III.1 – Apresentação do modelo.....	27
III.2 – Aplicação e análise do modelo.....	33
III.3 – Desenvolvimento da economia.....	40
III.4 – Modernização.....	42
III.5 – Questão social.....	43
Parte IV: Transformações.....	44
IV.1 – Revisão.....	44
IV.2 – Economia polonesa moderna.....	45
IV.3 – Entrada na União Européia.....	46
IV.4 – A transição foi bem sucedida?	47
Conclusão.....	48
Bibliografia.....	49

Internet.....	50
---------------	----

Quadros e Gráficos:

Quadro 1: Crescimento dos principais indicadores econômicos.....	13
Quadro 2: Balança de pagamentos da Polônia.....	14
Gráfico 1: Crescimento do PIB X Índice ERBD de liberalização.....	16
Gráfico 2: Aumento da produtividade do trabalho de 1992 até 2001.....	17
Quadro 3: Composição do produto.....	18
Quadro 4: Destino das importações e exportações.....	20
Quadro 5: Privatização da economia polonesa.....	21
Quadro 6: Investimentos na economia polonesa.....	23
Quadro 7: Economia atual.....	25
Quadro 8: Desemprego mensal na economia polonesa.....	36
Quadro 9: Receitas e despesas do governo na transição da Bulgária.....	40
Quadro 10: Receitas e despesas do governo na transição da Polônia.....	40
Quadro 11: Coeficiente de Gini na renda per capita para a Polônia.....	43

Introdução

Esse trabalho visa analisar o que vivenciou economia polonesa em sua história recente e a transição para um mercado aberto, hoje ainda em evidência nos países do leste europeu e do antigo bloco socialista.

O objetivo dessa análise é verificar justamente a maneira que foi feita essa abertura e suas repercussões para o mundo; procurando descobrir, também, as lições que foram deixadas no presente e para o futuro. De acordo com a minha opinião, uma análise desse tipo é de grande valia, uma vez em foco atualmente as falhas de mercado e o papel do governo na economia.

A primeira parte do trabalho faz um panorama geral, mas não detalhado, da história e da economia polonesa. A segunda parte apresenta uma análise mais detalhada sobre os dados da economia recente (do processo de abertura de mercado até os dias de hoje). A terceira parte verifica justamente o impacto da abertura do mercado sobre as variáveis econômicas. Finalmente, a quarta e última parte investiga e comenta as transformações ocasionadas pela abertura de mercado e os projetos mais recentes da economia polonesa.

É importante ressaltar que, como mencionado, essa é uma análise econômica e não sociológica. Ou seja, estarei aqui observando dados, não opiniões. O interesse desse trabalho não é examinar o projeto marxista e as teorias socialistas, será apenas visto o que ocorreu na prática, na economia; sem juízo de idéias ou valores.

Por fim, declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri, para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor e declaro que todas as opiniões aqui expressas são de minha única e exclusiva responsabilidade.

Parte I: Histórico

I.1 – Antecedentes (até o início do regime comunista)

O Estado Polonês foi fundado e unificado em 960 d. C., sendo um poderoso império durante a idade média. Durante os séculos XIV, XV e XVI, ele atinge o seu auge, mas, nos séculos seguintes, a nação é enfraquecida por disputas internas e guerras, em parte por motivações religiosas. No ano de 1795, a Polônia perde sua independência, sendo partilhada entre a Rússia, a Prússia e a Áustria.

Após a Primeira Guerra Mundial, a independência é restabelecida, sendo este um dos 14 pontos do presidente americano Woodrow Wilson, e a Polônia entra em um período muito conturbado em sua história. O período entre guerras foi marcado por disputas, levantes e invasões. Economicamente, a Polônia vivia em caos, com crise industrial, fracas colheitas, hiperinflação e um enorme déficit comercial. A partir de 1928, a economia volta a prosperar.

Em 1939, a Polônia é invadida pela Alemanha e tem início a Segunda Guerra Mundial. Durante a ocupação alemã (de 1942 até 1944), houve na Polônia uma política de extermínio do seu povo e somente em julho de 1944, o exército soviético entra no território polonês e derrota os alemães. Com isso, parte do território polonês passou à União Soviética e a Polônia passou a ser um dos países de orientação socialista.

A dominação soviética levou a um desenvolvimento econômico, baseado nos planos quinquenais, tendo a Polônia adotado seu próprio plano em 1950. Houve, porém, fortes críticas ao regime por parte dos trabalhadores e cidadãos poloneses.

O movimento operário dos grandes centros industriais ganhou força e levou à fundação do Partido Solidariedade, em 1980, após um acordo que permitia aos trabalhadores sindicatos independentes, direito à greves e maior participação nas decisões. O movimento tornou-se importante politicamente, contra a austeridade exigida pelo regime soviético e pelos credores estrangeiros. Na década de 80, o país sobrevive em meio a uma enorme crise política e econômica. A economia sofreu muito durante esse período, de maneira que a variação anual média do produto líquido da Polônia de 1979 até 1988 foi apenas de 0,09%.

I.2 – Declínio do regime

A “ocidentalização” da Polônia começa com a entrada de capital estrangeiro. Houve uma gigantesca intensificação de empréstimos com o Ocidente durante a década de 70 e 80 (passando de 3 bilhões de dólares em 1973 para 37 bilhões em 1986). A proporção da dívida sobre o PNB era de 48,5%, em 1986 (10% a mais do que o Brasil no mesmo ano).

Além disso, a partir de 1976, passou a ser aceita na Polônia a formação de empresas com capital misto do Ocidente.

A oposição cada vez mais forte contra a austeridade econômica deixava a situação interna da Polônia insustentável. Em 1981 houve um acordo de reestruturação econômica extremamente rigoroso que provocou fortes reações. Em 1982, após o golpe militar do general Jaruleski, um novo acordo foi firmado. Esse novo acordo freou temporariamente o movimento, mas não recuperou a economia.

Em 1987, foi feito um novo acordo diretamente com o FMI e este gerou vários surtos de greves em abril, maio e agosto de 1988. A crise política se agravou.

Em 1989, devido ao déficit, a inflação explode e em fevereiro começam novas discussões políticas. O presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, aceita mudanças políticas mais profundas para os países de acordo com a sua orientação e em abril há eleições semi-abertas da Assembléia Nacional. O partido comunista perde a maioria.

Em julho, como acordo político, o general Jaruleski assume a presidência como representante do partido comunista. Em 19 de agosto, Jaruleski pede que o ativista do Solidariedade, Tadeuz Mazowiecki, forme um novo governo. Em 12 de setembro Mazowiecki torna-se Primeiro Ministro, e pela primeira vez em 40 anos, a Polônia tem um representante que não é comunista.

Em dezembro é aprovado o programa de reforma que transforma a economia polonesa de planificada para uma economia de mercado. O país foi renomeado como República da Polônia.

Uma nova constituição é declarada em outubro e em dezembro de 1990, há eleições livres e Lech Walessa torna-se o primeiro presidente eleito da República da Polônia.

I.3 – Transição pós-comunismo

Os anos 90 começam com uma constante dolarização da economia e com a volta da importância do zloty, a moeda nacional. Apenas 25% da moeda corrente na época era em zloty. Após anos de fixação de preços, havia enormes distorções monetárias.

Limitações na conversibilidade em parte ajudaram a resolver as distorções e em 1995, a moeda sofre uma alteração, sendo cortados quatro zeros do zloty original. Assim, foi possível uma taxa de câmbio compatível, que veio acompanhado da conversibilidade do zloty e do ajuste da balança de pagamentos. A partir de 1995, a economia readquire o ritmo rápido de crescimento (que diminuiu somente nos anos de 2001 e 2002).

O processo reformador na economia também incluiu a remoção dos subsídios à indústria e a imposição de disciplina monetária.

Após 1997, mudanças na constituição deram ao Banco Nacional da Polônia um papel mais importante e passaram a política monetária à responsabilidade do Conselho de Política Monetária.

I.4 – União Européia e perspectivas para o futuro

Em 1º de maio de 2004, após quinze anos da transição, a Polônia entrou na União Européia, mas manteve o zloty como moeda. A entrada foi uma decisão tomada após um referendo à população polonesa que teve quase 80% de aprovação. A Polônia entrou na União Européia junto com outras nove nações em 2004 e era de longe a maior economia em termos de produto e população.

Os resultados, tanto para a Polônia, quanto para a União Européia, ainda estão sendo observados, no entanto não há dúvidas de que foi um importante evento para a história, no caso dos dois, e uma prova de superação de vários anos de estagnação e dificuldades na economia e na política.

Parte II: Características da economia polonesa

II.1 – Antes da transição

II.1.1 – *Características internas*

Entre os fatores que se destacam na transição da economia polonesa, está o seu pioneirismo. No início de 1982, foi feito um programa de reformas orientado à abertura da economia para o mercado. O programa se baseou em ajustes controlados e medidas de estabilização, como um novo repertório legal para as empresas públicas, maior autonomia dos trabalhadores, planejamento socioeconômico e um descongelamento nos preços. O controle da economia passou a ser indireto, via planejamento macroeconômico, e foi dada uma maior autonomia às empresas públicas, com intervenção apenas em casos excepcionais.

De 1982 até 1988, após a crise nos anos anteriores, a economia polonesa entrou em um processo de ajuste fiscal e estabilização econômica. Durante esses anos, a economia mostrou diversas melhorias e permaneceu equilibrada até que, a partir de 1988, aproximando-se da abertura, a economia mostrou novos descontroles devido, principalmente, à incerteza em relação ao futuro e a desordens civis.

Em setembro de 1989, após a abertura, o governo eleito introduziu um programa de estabilização econômica mais radical. O objetivo era a transformação do país em uma economia de mercado. O programa incluía a abolição dos controles nos preços, ajuste fiscal, com cortes nos gastos públicos e nos subsídios, política monetária restritiva, abertura para o comércio exterior, privatização em larga escala, com estímulos ao setor privado e reformas no sistema financeiro e o estabelecimento de uma mercado de capitais.

A liberalização nos preços causou um aumento dos preços sobre os salários. Os salários reais caíram e os preços aceleraram, devido à quebra da inércia dos preços. Além disso, devido às condições iniciais, as empresas polonesas acabaram se estabelecendo em monopólios e oligopólios, com poder de determinar os preços e a remoção dos subsídios influenciou na determinação de um alto patamar dos preços. Os lucros das empresas foram excessivamente altos no início da estabilização devido ao poder de monopólio na determinação os preços.

A estabilização foi acompanhada de uma rápida contração na demanda. O lucro das empresas caiu 25% em fevereiro de 1990, em relação ao ano anterior e o consumo nos três

primeiros meses de 1990, caiu 20% em relação ao seu nível no final de 1989. Isso indica claramente um padrão inflacionário. Assim, como mencionado, havendo queda nas quantidades, o lucro das firmas era compensado nos preços, em detrimento destas perdas.

O nível de emprego, no entanto, não baixou aos níveis esperados inicialmente. Com a queda nas vendas, esperava-se que o desemprego acompanhasse este processo. Mas, no ano de 1990, os níveis de desemprego ficaram em 6,3%. Alguns fatores servem para explicar isso: aumento no poder de monopólio devido a um movimento sindical forte e organizado e, em consequência da determinação dos preços, as dívidas das firmas tornaram-se pequenas em relação ao nível de lucros. Os fundos das firmas eram usados, como prioridade, para pagar os trabalhadores e o resto era investido na economia.

Blanchard (1991), destaca um efeito diferencial na abertura polonesa: a ausência de “overhang”. Overhang, segundo ele, é um efeito comum nas economias em transição, ocasionado por excesso de oferta e demanda nos mercados. Por causa disso, os consumidores mantêm altas quantidades de bens e moeda, não permitindo sua circulação na economia. Se os consumidores não sabem o comportamento dos preços e dos empregos, eles guardam reservas pessoais como medida de precaução. Os consumidores desejam a posse dos bens, e não há circulação na economia. Blanchard aponta que a presença de escassez de bens pode gerar esse efeito e que, de fato, a recorrência e constância dessa escassez pode vir a criar uma situação em que a oferta gera sua própria demanda. O overhang impede a economia de circular, e impede a estabilização. A economia não consegue transferir os recursos do setor público para o privado e fica sempre em um estado intermediário. Não há “realocação” na economia. O sucesso da Polônia, portanto, deve-se em grande parte, às condições iniciais favoráveis e a um processo de estabilização prévio, firme e bem preparado. Isso permitiu uma rápida “realocação” e reestruturação econômica e uma ausência de overhang, ou de inércia econômica. O processo de estabilização polonesa foi, sobretudo, de rápida e fácil adaptação, porque foi bem coordenado. Isso será, mais à frente, evidenciado pelo modelo e pelos fatos.

II.1.2 – *Características externas*

O controle da economia polonesa pelo regime comunista era amplo e severo. Havia pequenas possibilidades de iniciativa privada (a agricultura aqui serve como um contra-exemplo) e o setor público operava como se fosse um monopólio do regime comunista. O setor público tinha um planejamento central que obrigava a um controle de rendimentos, racionamento de entradas e comércio exterior, controle de preços e comércio direto regulamentado. Isso sem mencionar a censura e propaganda de exaltação do regime comunista.

Entretanto, devido a movimentos internos, a Polônia conseguiu conquistar maior autonomia sobre o regime em relação aos demais países. Isso demorou a vir e somente ocorreu com muito custo.

Essa é outra característica diferencial da Polônia que permitiu um maior controle sobre sua transição econômica. De fato, o processo de abertura polonesa começou bem antes de 1989. A partir de 1976, houve a possibilidade da formação de empresas de capital misto com o ocidente. Houve um aumento intenso no fluxo de capital, nas décadas de 70 e 80, com o ocidente (que também ocasionou em aumento na dívida externa).

Esses fatores foram essenciais para o favorecimento das condições iniciais da abertura. Como também mencionado, possibilitou que a reforma polonesa começasse em 1982. Em 1989, a economia polonesa estava muito mais bem preparada do que qualquer outra para a abertura. A abertura foi um processo bem mais orgânico nela do que em qualquer outro país. O sucesso, a rápida “realocação” e reestruturação, e a ausência de um overhang não foram de forma nenhuma frutos do acaso¹. Novamente, isso será evidenciado pelos fatos.

¹ Nesse ponto, concordo com a afirmação de Sahav Fischer sobre o assunto: *“A experiência acumulada na década passada, vista informalmente ou com base nos dados, quadros e regressões, fornece a base para ver que as economias com maior sucesso na transição são aquelas que se estabilizaram e empreenderam reformas amplas, e que as reformas maiores e mais rápidas são mais eficientes do que as mais lentas e menores.”* (Sahav Fischer, na apresentação de Balcerowicz: <http://info.worldbank.org/etools/bspan/PresentationView.asp?PID=955&EID=328>, tradução de minha autoria).

II.2 – A Transição

Agora é a hora de detalhar a transição, à luz dos dados. Os principais indicadores econômicos são:

Quadro 1: Crescimento dos principais indicadores econômicos (em variações percentuais em relação ao ano anterior)²

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
População (milhões)	37,3	37,6	37,8	37,9	38,0	38,2	38,3	38,4	38,5
PIB (%)	5,1	4,2	2,1	4,0	0,3	-11,9	-7,6	1,5	3,8
Consumo (%)	7,8	4,4	2,8	2,3	-1,6	-14,7	5,4	6,1	5,3
Investimento (%)	3,7	4,5	0,1	8,1	5,6	-24,8	-14,2	-2,5	7,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	5,1	4,5	4,1	5,5	-1,6	-10,6	-4,5	2,8	8,0
Variações no estoque (%)	0,0	0,3	-0,9	1,1	2,0	-5,4	-2,8	-1,3	0,0
Gastos do Governo (%)	6,1	0,0	1,0	0,2	-14,1	0,2	-4,8	9,4	2,8
Gastos privados (%)	8,1	5,1	3,9	2,6	0,2	-16,5	6,9	5,6	5,7
Exportação (%)	0,3	4,2	5,0	9,4	2,6	15,1	-1,7	1,4	-3,0
Importação (%)	7,0	5,4	4,6	9,0	4,3	-10,2	31,6	9,2	3,7
Inflação (média do CPI)	15,1	17,7	25,2	60,2	251,1	585,8	70,3	43,0	35,3
Produção industrial (percentagem do PIB)	4,1	4,4	3,4	5,3	-0,5	-24,2	-11,9	3,9	6,9

Aqui, pode-se ver um quadro bem geral da Polônia. O PIB, juntamente com quase todos os demais indicadores, apresentou queda nos anos de 1990 e 1991 e há hiperinflação

² Fonte: Banco Mundial. http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1994/12/01/000009265_3970311123416/Rendered/INDEX/multi0page.txt, pg. 99.

nos primeiros anos. Aparentemente, o equilíbrio fiscal foi atingido no ano de 1992, com crescimento do PIB, melhoria dos investimentos e dos gastos do governo, ajuste do saldo comercial e um aumento da produção industrial. Somente a inflação manteve-se em altos patamares (mas ainda assim teve uma diminuição bem significativa).

A adaptação da economia polonesa à transição é notável. Não houve overhang (ou haveria inércia nos indicadores). Quanto à “realocação” de recursos para o setor privado e a reestruturação do setor público, os dados não contradizem e sugerem que foi feita com sucesso no ano de 1992. Para isso, no entanto, será feita uma análise mais específica (em uma análise de emprego).

O próximo quadro apresenta a balança de pagamentos:

Quadro 2: Balança de Pagamentos da Polônia (em milhões de dólares)³

	1989	1990	1991	1992	1993
Balança Comercial	240	2.214	51	512	-2.293
Exportações	7.575	10.863	12.750	13.997	13.585
Importações	7.335	8.649	12.709	13.485	15.878
Balança de serviços	-3.315	-3.479	-2.625	-1.396	-1.023
fatores	-3.087	-3.329	-2.862	-1.740	-1.392
não-fatores	-228	-150	237	344	369
Transferências unilaterais	1.232	1.933	353	528	929
Saldo da balança de pagamentos em c/c	-1.843	668	-2.222	-270	-2.287
Conta de capitais	-1.531	-2.350	-7.954	373	1.524
Erros e omissões	-	360	-713	38	92
Saldo da	-3.374	-1.682	-10.176	103	-764

³ Fonte: Poland, the path to a market economy, pg. 103.

balança de pagamentos					
Conta de caixa	-356	-4.442	1.317	-1.614	-634
Obrig. FMI	-	500	322	-	-138
Operações de regularização	382	9.054	4.382	202	-
Juros	-	-	1.443	-	-
Varição nas reservas	3.192	-2.930	4.477	1.309	1.397

Os dados são bastante interessantes. No ano de 1990, ano da abertura, há um superávit ocasionado por um aumento das exportações. Esse aumento das exportações não acompanhado pelas importações está diretamente relacionado com a hiperinflação no ano. O fato é que, com a desvalorização cambial, as exportações foram beneficiadas, uma vez que fica mais barato comprar produtos nacionais em relação aos estrangeiros.

Estas continuam crescendo, mas um forte aumento das importações em 1991, acompanhado de uma enorme saída de capitais, gera um déficit exagerado neste ano. Já em 1992, a conta de capitais se equilibra e o déficit diminui de proporção, se mantendo no mesmo nível 1993. Os dados confirmam o que vinha sendo visto, o superávit de 1990 não era sustentável e, com a abertura, era esperado que houvesse um aumento nas importações e na saída de capitais, dado o já presente endividamento polonês com o ocidente. Além disso, para haver crescimento, era necessário contrair novas dívidas com o ocidente, que só aparecem na conta de capitais em 1991.

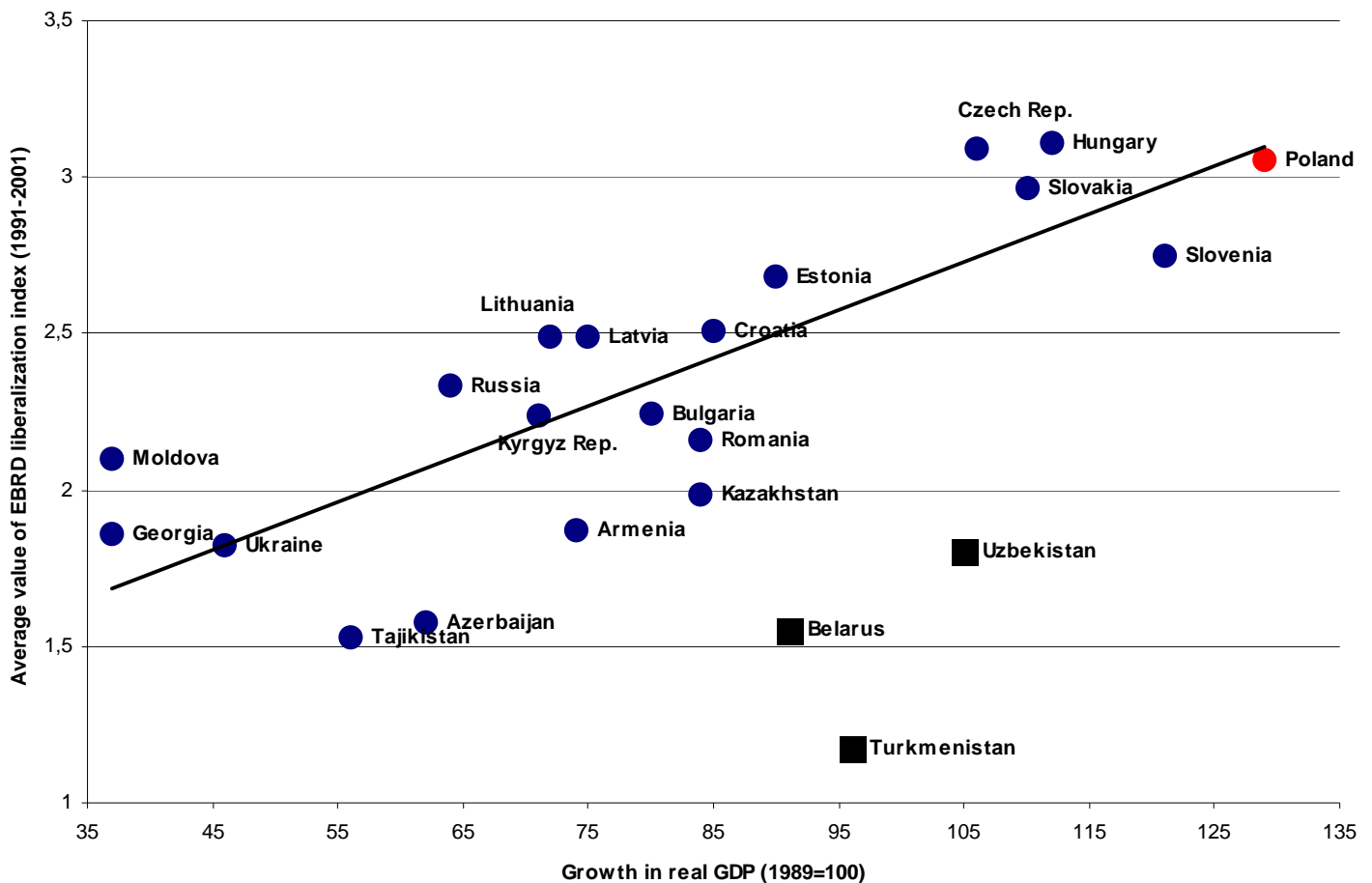
Os dados mostram um equilíbrio das contas no ano de 1992 e confirmam as idéias apresentadas.

Tem-se já algumas evidências para dizer que quanto mais cedo a reforma e a preparação, melhores são os resultados, apesar das condições iniciais. Para uma análise comparativa com outros países, há um gráfico, apresentado por Leszek Balcerowicks, que analisa o crescimento do PIB e o índice EBRD para os países da transição de 1991 até 2001 e comprova tal idéia (vide gráfico 1).

O nível índice EBRD é calculado como uma média aritmética dos 8 índices de liberalização medidos pelo EBRD (European Bank for Reconstruction and Development).

São eles: índice de liberalização dos preços, de liberalização do comércio, de privatização em pequena escala, de privatização em grande escala, de reforma das empresas, da política competitiva, da reforma do setor bancário e de reforma das instituições financeiras não-bancárias.

Grafico 1: Crescimento real do PIB X Índice ERBD de liberalização⁴



A Polónia demonstra um grande aumento real no PIB (o maior) e um alto índice EBRD. Balcerowicz explica que as condições iniciais influenciam os resultados, mas bem menos do que a antecipação das reformas. Como prova, ele compara a Polónia e a Bulgária,

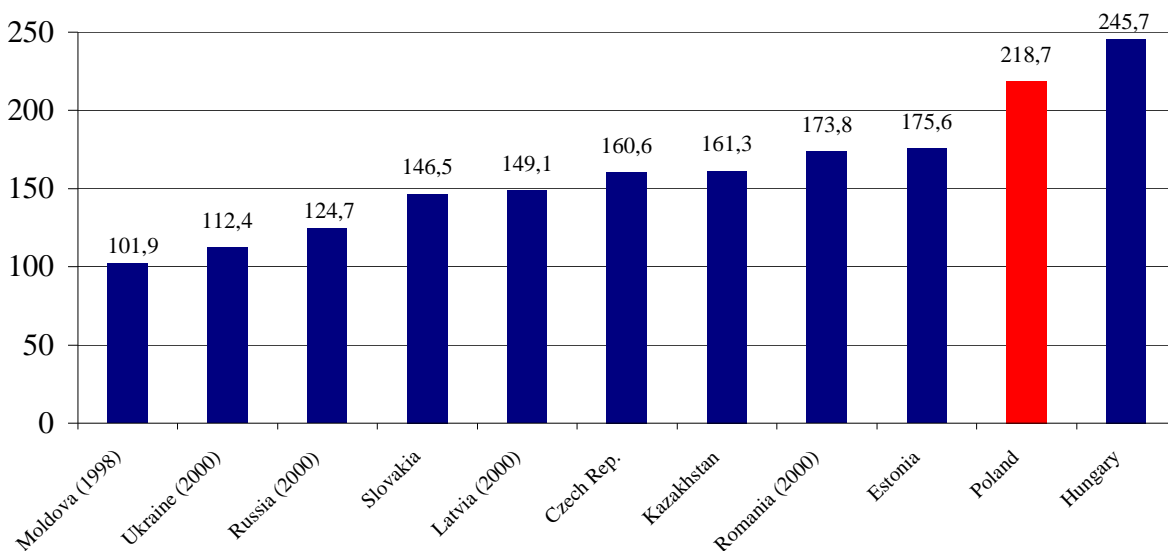
⁴ Fonte: apresentação de Leszek Balcerowicz.
<http://info.worldbank.org/etools/bspan/PresentationView.asp?PID=955&EID=328>, pg. 34.

a Estônia e a Ucrânia e a República Kyrgyz e a Moldávia, ou países com condições iniciais bem inferiores relativamente e que, com antecipação das reformas, tiveram resultados bem superiores.

Para indicação final, nesse estágio, do sucesso da Polônia, há o aumento da produtividade do trabalhador polonês. É fato que há um balanço entre eficiência e equidade (vide Stiglitz, 2000). Ou seja, os trabalhadores sem incentivos salariais e com emprego garantido pelo regime tendem a trabalhar com mínimo esforço. Quanto maior a igualdade entre os trabalhadores, menor a eficiência destes. Portanto, se a reforma foi realmente bem sucedida, uma das provas seria a eficiência privada, pouco presente em um regime calcado na igualdade.

Novamente, há um gráfico, de aumento de produtividade do trabalho (de 1992 até 2001), fornecido pela apresentação de Balcerowicz confirma este dado (vide gráfico 2). O gráfico considera o ano de 1992 como base. Dessa forma, a produtividade do trabalho na Polônia (em vermelho) mais do que dobrou. Tal fato também é comprovado por Blanchard (1997, pgs. 7 e 9) através de gráficos.

Gráfico 2: Aumento da produtividade do trabalho de 1992 até 2001 (valores percentuais) ⁵



⁵ Fonte: apresentação de Balcerowicz. Endereço na internet citado, pg. 29.

II.3 – Transformações

II.3.1 – *Composição do produto*

Temos abaixo um quadro de composição do produto (com preços constantes):

Quadro 3: Composição do produto (com preços constantes) ⁶

	1987	1988	1989	1990	1991	1992
(Porcentagem)						
PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	50,4	50,6	49,5	43,6	39,2	39,6
Construção	9,7	9,8	9,8	9,5	10,9	11,2
Agricultura & Florestas	8,0	7,9	7,8	8,5	9,3	8,3
Transportes & Comunicação	5,1	5,1	5,2	5,0	4,3	4,4
Comércio	10,6	10,9	11,6	13,0	15,2	15,0
Outros setores produtivos	1,4	1,4	1,6	1,6	1,8	1,8
Serviços comunitários	1,6	1,6	1,6	1,6	2,2	1,8
Habitação	2,9	2,9	2,7	2,9	3,0	4,3
Educação	3,2	3,1	3,1	3,8	4,1	4,2
Saúde & bem-estar	2,5	2,4	2,4	2,7	2,9	2,9
Outros	11,2	10,7	11,8	12,9	11,1	8,8
Serviços bancários	-	-	-	-5,1	-4,0	-2,2
(Taxa de crescimento)						
PIB	2,0	4,1	0,2	-11,6	-7,6	1,5
Indústria	3,2	4,6	-2,1	-22,0	-17,1	2,6
Construção	2,1	6,0	-0,3	-14,5	6,7	3,8
Agricultura	-6,8	1,5	1,0	-0,3	6,8	-12,3
Florestas	2,2	2,7	-5,2	-21,9	-31,8	18,5
Transportes	4,6	3,7	1,1	-14,8	-19,9	0,9
Comunicação	10,9	6,4	5,3	-1,9	-21,4	14,9
Comércio	5,9	7,0	4,7	0,7	7,9	-0,2
Outros setores produtivos	5,8	7,5	11,6	-11,6	3,3	2,5
Serviços	2,3	4,1	-0,8	-10,4	24,9	-16,2

⁶ Fonte: Banco Mundial. Endereço na internet citado, pg. 105.

Comunitários						
Habitação	1,4	4,5	-5,7	-5,8	-4,8	48,8
Educação	-0,5	-0,2	0,5	9,4	0,4	3,3
Saúde & bem-estar	1,8	2,4	-2,4	2,6	-3,8	3,4
Outros	2,8	-0,6	10,2	-3,0	-20,1	-20,2

Observa-se aqui uma queda na indústria, um aumento no comércio e constância nos demais dados. Esse quadro serve para mostrar três fatos. Primeiro, que, em termos de porcentagem do PIB, a abertura não alterou de forma tão significativa a composição do produto. Os índices que sofreram maior variação foram a indústria (queda) e o comércio (aumento), isso indica que a economia polonesa não sofreu um grande choque, em termos de mudança nos setores da economia, após a transição. O que facilita o entendimento do sucesso polonês e comprova a sua prévia preparação. A transição não foi brusca.

Segundo, pode-se ver a presença crescente das políticas sociais. As análises comparativas do setor público e privado serão feitas mais à frente, entretanto é um fato curioso que estes índices, que se mantinham constantes ou em queda até 1990, sofreram um aumento a partir desse ano. A transição demonstra ter sido influenciada por políticas keynesianas de bem-estar social e gastos sociais.

Por fim, o quadro demonstra a entrada de um setor bancário ou a presença dos bancos a partir de 1990. Essa seria a mudança mais brusca, refletindo a modernização da economia e adaptação à economia global. Foi uma influência negativa em relação ao PIB, o que demonstra que essa transição poderia ter sido feita com maior suavidade. Talvez a economia, no momento da abertura, não tenha se preparado devidamente para essa quebra. Ainda assim, em 1992, o efeito negativo já estava relativamente controlado.

Aqui, destaque-se, novamente a importância da antecipação das reformas e das condições iniciais. Os dados não confirmam a importância primordial da primeira em relação à segunda, no entanto, também não a negam.

II.3.2 – Política comercial

Vê-se agora o destino das importações e exportações (em milhões de dólares) e a percentagem do PIB:

Quadro 4: Destino das importações e exportações (em milhões de dólares e percentagem do PIB)⁷

	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Importações	*	11.185	11.535	11.215	12.712	10.569	9.781	15.756	15.913
CEE	*	1.959	2.302	2.590	3.137	3.290	4.294	7.835	8.446
Leste europeu & Europa central	*	5.986	5.964	5.105	5.240	3.572	2.270	2.962	2.589
Outros	*	3.240	3.269	3.520	4.335	3.797	3.216	4.959	4.878
Exportações	*	11.489	12.074	12.205	13.960	13.466	14.322	14.903	13.187
CEE	*	2.487	2.497	2.958	3.620	3.754	6.338	8.285	7.632
Leste europeu & Europa central	*	5.626	5.651	5.171	5.919	5.014	3.327	2.506	2.026
Outros	*	3.376	3.926	4.076	4.421	4.698	4.657	4.112	3.529
(Porcentagem)									
PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Exportações	28,1	18,2	18,2	21,4	22,8	19,1	27,1	23,1	21,2
Importações	31,1	16,9	16,8	19,0	20,0	14,9	18,7	22,8	22,3

Pode-se ver aqui que a abertura comercial polonesa foi, em maior grau, uma abertura em relação ao resto da Europa. As importações e exportações na Comunidade Económica Europeia aumentaram mais do que para os outros países. A abertura serviu, em grande parte, para integrar a Polónia no resto da economia europeia.

Além disso, após o impacto inicial, os níveis de exportações e importações em 1991 e 1992 diminuíram em termos de percentagem do PIB (analisando isoladamente também, mas aí deve ser levado em conta o efeito do câmbio, já discutido). É, portanto, duvidoso dizer que o crescimento foi influenciado somente pelas exportações. O mercado interno teve uma influência bem maior. As reformas atingiram a economia como um todo, não apenas os setores de exportação.

⁷ Fonte: Banco Mundial. Endereço na internet citado, pgs. 106 & 108.

II.3.3 – Setor privado

Vê-se agora um quadro de privatização da economia polonesa:

Quadro 5: Privatização da economia polonesa (em termos de quantidade)⁸

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Empresas públicas (restantes)	8,453	8.228	7.245	5.924	4.955	4.357	3.847	3.369	2.906
Privatização (completa)	6	228	612	989	1.380	1.609	1.991	2.325	2.569
Fluxo	6	222	384	377	391	229	382	334	244
Privatização (iniciada)	107	1.297	2.056	2.635	3.132	3.582	3.953	4.178	4.648
Fluxo	107	1.190	759	579	497	450	371	225	470
Privatização direta (completa)	0	182	475	707	945	1.054	1.244	1.423	1.573
(iniciada)	31	449	719	917	1.042	1.149	1.319	1.489	1.698
Capital privatizado (completo)	6	27	51	96	132	159	183	227	244
Rendimentos privados ao orçamento									
Total	-	171	484	780	1.595	2.642	3.749	6.538	7.069
Porcentagem do PIB	-	0,2	0,4	0,5	0,8	0,9	1,0	1,4	1,3
Capital Privado	-	125	309	439	847	1.714	1.945	3.254	5.102
Bancos	-	0	4	54	425	521	831	2.925	1.518

A partir de 1991 começa um processo constante de privatização com participação cada vez maior do setor privado. Há ainda, no entanto, a presença do setor público. Aí está demonstrado de forma bem pouco detalhada a “realocação” e a reestruturação. A “realocação” é a transferência de recursos para o setor privado e a reestruturação e a

⁸ Fonte: FMI. <http://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.cfm?sk=3535.0>, pg. 44.

adaptação do setor público após a abertura. O quadro não demonstra exatamente uma reestruturação, indo exatamente na direção contrária, ou seja, o setor público vai encolhendo com o passar do tempo. A “realocação”, no entanto, está bem clara.

Será feita uma análise mais específica da privatização em termos de emprego com a aplicação do modelo. O importante aqui é que a privatização não foi um choque total, também foi constante.

II.3.4 – Investimentos

Vê-se abaixo um quadro de investimentos na economia polonesa:

Quadro 6: Investimentos na economia polonesa⁹

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
(bilhões de zlotys)							
Construções/ Estrutura	11,6	13,6	17,7	22,6	30,3	43,4	55,5
Máquinas & Equipamentos	6,4	9,3	13,9	21,9	31,6	42,9	53,6
Domésticos	3,3	4,9	7,7	14,1	21,1	29,9	-
Importados	3,0	4,4	6,2	7,9	10,5	13,0	-
Outros	2,2	1,8	2,2	2,6	3,7	4,1	3,7
Total	20,2	24,7	33,9	47,1	65,6	90,4	112,8
Setor Público	11,3	14,1	19,0	26,3	35,4	42,1	47,6
Setor Privado	8,9	10,6	14,9	20,9	30,2	48,3	65,2
propriedade privada	7,7	8,4	10,5	14,3	18,3	28,4	35,6
(cooperativo)	3,3	2,5	2,1	2,8	3,4	4,5	5,1
Investimentos / PIB	16,7%	15,9%	18,0%	18,7%	20,9%	23,6%	25,3%
(percentagem do total de investimentos)							
Construções/ Estrutura	57,4	55,2	52,2	47,9	46,2	48,0	49,2
Máquinas & Equipamentos	31,6	37,7	41,2	46,5	48,1	47,4	47,5
Setor Público	56,0	57,1	56,0	55,8	54,0	46,6	42,2
Setor privado	44,0	42,9	44,0	44,2	46,0	53,4	57,8
(cooperativo)	16,5	9,9	6,2	6,0	5,1	5,0	4,5

⁹ Fonte: FMI. Endereço na internet citado, pgs. 3 & 5.

Vê-se aqui, a partir de 1993, um aumento contínuo no nível de investimentos e, novamente, comprova-se uma presença cada vez maior do setor privado, com uma proporção cada vez maior do total de investimentos. Ainda assim, é possível notar uma forte presença do setor público em termos de investimentos. A partir de 1993, o aumento no nível de investimentos é constante e os investimentos em capital e infra-estrutura são os de maior importância na economia, o que é justificado pela entrada do setor privado e justifica o crescimento sustentável da economia polonesa.

Observando esse quadro isoladamente, com o aumento de investimentos na economia polonesa, *ceteris paribus*, daria para especular um crescimento da economia nesses anos, o que de fato ocorreu. Um detalhe, também significativo, é a diminuição dos investimentos cooperativos. Isso significa que o setor público e o privado crescem separadamente.

II.4 – Economia atual

Agora, abaixo, tem-se um quadro da economia recente:

Quadro 7: Economia atual (a preços constantes) ¹⁰

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Varição real do PIB (%)	7,0	6,0	6,8	4,8	4,1	4,0	1,0	1,4	3,8	5,4
Var. do Consumo (%)	3,3	7,1	6,1	4,2	4,5	2,5	1,7	2,7	2,5	3,4
Var. da FBKf (%)	24,1	19,5	20,8	13,8	6,1	3,9	-12,6	-6,8	3,2	12,1
Var. dos Investimentos (%)	17,1	19,2	22,2	15,7	6,0	1,2	-9,2	-10,0	0,6	5,1
Var. no nível de preços (%)	27,8	19,9	14,9	11,8	7,3	10,1	5,5	1,9	0,8	3,5
Var. da Dív. externa / PIB (%)	30,7	25,6	23,3	19,7	19,9	16,7	13,0	13,9	15,7	12,6

Com esse quadro é possível ver o crescimento da maioria dos indicadores da economia polonesa. Observando apenas esses parâmetros, é um resultado extraordinário do ponto de vista de transição para uma economia capitalista. O crescimento manteve-se acelerado, exceto nos anos de 2001 e 2002, quando uma queda nos investimentos causou uma desaceleração; o consumo cresceu (fator que mais influenciou o crescimento do PIB), a relação dívida/PIB caiu e a inflação foi controlada.

Apenas os investimentos caíram, com a queda da formação bruta de capital fixo no final da década de noventa e a partir de 2000. Ainda assim, em 2003 os investimentos retornam, chegando a crescer 5,1% em 2004.

Realmente, quando se observa apenas esses dados, o desempenho da economia polonesa aparenta grande vultuosidade. De fato, a economia polonesa foi capaz de se desenvolver, integrar-se ao mercado europeu e entrar na UE no ano de 2004. É o exemplo de uma transição de sucesso por quase todos os ângulos possíveis. Exceto pelo desemprego

¹⁰ Fonte: Centro de Estatística de Varsóvia.

http://www.stat.gov.pl/english/opracowania_zbiornice/wskazniki/index.htm.

gerado. Por isso, para a análise mais profunda do desemprego e do trabalho na Polônia, será usado agora o modelo de Blanchard (1997).

Parte III: Análise econômica

III.1 – Apresentação do modelo

Será adotado o modelo de Benchmark em uma versão alterada por Blanchard (1997), especialmente concebido para países na fase de transição pós-comunismo. Segundo Blanchard, essa transição se divide em duas fases principais: “realocação” e reestruturação (como será explicado abaixo). E, dessa forma, ele divide o modelo em duas partes.

O modelo considera que a economia tem dois setores: o público e o privado. Antes da transição econômica, não há desemprego.

A fase de “realocação” é o efeito inicial da transição. Logo após a transição, ocorre uma transferência de recursos do setor público para o privado. Isso ocorre através de liberação dos preços, eliminação dos subsídios e privatizações. Entretanto, o setor privado não emprega da mesma forma que o setor público. O efeito inicial da abertura é de desemprego.

Considera-se:

- N_s = emprego no setor público (o produto por trabalhador é igual a 1, como hipótese do modelo);
- N_p = emprego no setor privado (o produto por trabalhador é igual a $(1 + \theta)$, sendo $\theta > 0$).
- O total da força de trabalho é 1; portanto, o desemprego (U) é dado por:

$$U = 1 - N_s - N_p$$

Como outras hipóteses, a utilidade é linear em capital e trabalho e a tecnologia segue o modelo de Leontief para ambos os bens.

Depois dessa fase inicial, o setor privado começa a absorver trabalhadores pelo fato de o produto por trabalhador ser alto. Há a geração de emprego, aumento de produto e nova geração de emprego; havendo um efeito multiplicador, um fluxo de queda do desemprego. Esse efeito é combinado com a reestruturação das empresas públicas, o que também diminui o desemprego. Este último efeito, no entanto, será temporariamente ignorado para ser resgatado mais abaixo.

Para a criação de emprego privado, é dada a seguinte equação:

$$H = a(1 + \theta - w) \quad (1.1)$$

Sendo,

H = fluxo de criação de emprego privado;

a = parâmetro de H ;

$(1 + \theta)$ = produto por trabalhador no setor privado (como referido, $\theta > 0$);

w = salário do mercado.

Portanto, a geração de emprego depende do lucro por trabalhador, isto é da diferença entre o produto médio do trabalho e do salário do mercado.

Para determinar o salário de mercado (que depende das condições do mercado), será considerado que o valor de ficar empregado no setor privado supera o de ficar desempregado pela quantidade c (que, no modelo, é exógena). Dessa forma:

Assumindo V_u como o valor de ficar desempregado (dado por um seguro desemprego), V_p o valor de ficar empregado no setor privado e (H/U) como a taxa de saída do desemprego para o setor privado, é dado que:

$$rV_u = b + (H/U) (V_p - V_u) + dV_u/dt \quad (1.2)$$

$$rV_p = w + dV_p/dt \quad (1.3)$$

E, como visto:

$$V_p = V_u + c \quad (1.4)$$

Quando desempregado, um trabalhador recebe um seguro desemprego no valor b e tem (H/U) de chances de ficar empregado e mudar de V_u para V_p . Sendo, então, rV_u , o valor em fluxo de ficar desempregado, igual à $b + (H/U) (V_p - V_u)$, mais o valor esperado de mudança no valor de ficar desempregado (dV_u/dt).

Quando empregado, o trabalhador *não* sofre riscos de ficar desempregado e recebe o salário de mercado daí em diante. Então rV_p , o valor em fluxo de ficar empregado, é igual ao salário (w), mais uma mudança esperada no valor de ficar empregado (dV_p/dt).

A equação (1.4) implica que $(dV_u/dt) = (dV_p/dt)$. E, assim, tirando a diferença entre as equações (1.3) e (1.2) e aplicando a equação (1.4), o salário será:

$$w = b + c (r + H/U) \quad (1.5)$$

O salário depende dos benefícios para os desempregados e das condições do mercado.

Substituindo a primeira equação (1.1) na última (1.5), será descoberto o valor do salário (w) e o emprego privado (H) em função do desemprego:

$$w = \frac{ca}{(U + ca)}(1 + \theta) + \frac{U}{(U + ca)}(b + cr) \quad (1.6)$$

e

$$H = \frac{aU}{(U + ca)}(1 + \theta - (b + cr)) \quad (1.7)$$

Estimadas essas equações, está na hora de partir para a segunda parte do modelo: a reestruturação das firmas públicas. Antes da transição, cada firma pública tinha a massa de trabalhadores igual à 1, cada um produzindo 1 unidade.

A reestruturação leva a um aumento do produto por trabalhador de 1 para $(1 + \theta)$.¹¹ E também leva a um decréscimo na massa de trabalhadores de 1 para $\lambda < 1$, havendo $(1 - \lambda)$ de trabalhadores desempregados e as firmas, após a reestruturação, produzem $\lambda (1 + \theta)$ unidades de produto. É considerado que $\lambda (1 + \theta) \geq 1$, para que haja um aumento do produto acompanhado da redução do emprego.

Assume-se que os trabalhadores que permanecem nas firmas públicas recebem o salário de mercado (w) e, portanto, o salário das empresas privadas é o mesmo das empresas públicas reestruturadas (V_p).

A reestruturação é uma decisão dos trabalhadores da empresa pública. Considerando V_s como o valor de ficar empregado em uma firma não reestruturada, é dado que:

$$rV_s = 1 + dV_s/dt \quad (1.8)$$

Considerando a massa de desempregados como $(1 - \lambda)$ e que os λ restantes recebem o salário de mercado, os trabalhadores optarão pela reestruturação, se e somente se:

$$V_s \leq \lambda V_p + (1 - \lambda)V_u \quad (1.9)$$

¹¹ Aqui, segundo Blanchard, não é importante que seja o mesmo valor das firmas privadas, mas apenas a notação.

Temos aí a fase de reestruturação das firmas públicas. Como V_s não depende da taxa de desemprego e V_p e V_u decrescem na taxa de desemprego; isso implica em uma taxa de desemprego crítica (U^*), em que a reestruturação é interessante.

Antes de unir as duas partes do modelo, devem ser feitas algumas observações sobre o que foi construído até agora:

- Se o desemprego inicial é menor que o valor crítico (U^*), então uma parte reestruturação é feita até o valor chegar ao U^* . A reestruturação é feita quando o desemprego chega ao U^* , ou quando o fluxo de demitidos na reestruturação é igual ao fluxo de contratações no setor privado. Esse é o ponto de equilíbrio da transição que se mantém até o fim dela.
- Se o desemprego inicial é maior que U^* (que é o caso mais comum), então não há reestruturação até que o setor público contrate trabalhadores, diminuindo o valor do desemprego até U^* . Nesse ponto ocorre um efeito análogo ao acima e a economia fica em equilíbrio, com o desemprego em U^* até o fim da transição.

Agora é a hora de unir as duas fases e demonstrar o modelo. Como, no modelo, apenas a composição do emprego está variando, todas as variáveis que afetam V_s , V_u e V_p são constantes e esses três valores também.¹² Da equação (1.8), encontra-se, portanto, o seguinte valor:

$$rV_s = 1 \quad (1.10)$$

Das equações (1.2), (1.3) e (1.4), dá-se que os valores de ficar desempregado e empregado no setor privado são:

$$rV_p = w$$

$$rV_u = w - cr$$

Substituindo esses valores na equação (1.9) e considerando o caso de igualdade, tem-se que:

$$1 = \lambda w + (1 - \lambda)(w - cr) \quad (1.11)$$

¹² Blanchard diz que é uma aproximação plausível, uma vez que H e w serão constantes até o fim da reestruturação.

A interpretação dessa equação é que, com a reestruturação, os trabalhadores recebem o salário de mercado (w) com probabilidade λ e com probabilidade $(1 - \lambda)$ eles ficam desempregados e usam o salário de reserva, que é igual à $(w - cr)$. Resolvendo a equação (1.11), encontra-se o salário de equilíbrio:

$$w^* = 1 + (1 - \lambda) cr \quad (1.12)$$

Esse salário é o nível mínimo de reestruturação. O salário de mercado deve ser comparado com ele, para verificar se os trabalhadores na firma pública desejam a reestruturação.

Como o salário de mercado é uma função decrescente do desemprego, a equação (1.12) determina o desemprego crítico que também é o de equilíbrio. O nível de desemprego deve ser tal que os trabalhadores (observando o salário de mercado e o seguro desemprego) optem pelos riscos da reestruturação. Este é o nível de equilíbrio. Substituindo a equação (1.12) na equação (1.6) e resolvendo para determinar o nível de desemprego de equilíbrio, tem-se:

$$U^* = ca \frac{(\theta - (1 - \lambda)cr)}{(1 - b - \lambda cr)} \quad (1.13)$$

Considerando s^* como a velocidade de equilíbrio da reestruturação, esse valor deve ser tal que o fluxo de entrada no desemprego (igual à $s^*(1 - \lambda)$, ou a velocidade vezes o número de demissões) é igual ao fluxo de saída do desemprego. Como o fluxo de saída do desemprego é o fluxo de criação de emprego (H) quando o salário é w^* , então:

$$s^*\lambda = a (\theta - (1 - \lambda)cr) \quad (1.14)$$

Para terminar, das equações (1.4) e (1.9), os valores de ficar empregado no setor público (V_s), o valor de ficar empregado no setor privado (V_p) e o valor de ficar desempregado são:

$$\begin{aligned} V_p &= (1 / r) + (1 - \lambda)c \\ V_s &= (1 / r) \\ V_u &= (1 / r) - \lambda c \end{aligned} \quad (1.15)$$

Os trabalhadores do setor privado ganham mais, o desempregados ganham menos e os trabalhadores do setor público estão entre os dois. Muda apenas a proporção de trabalhadores em cada categoria. Durante a transição, o número de trabalhadores no setor privado aumenta em nível constante (“realocação”), no setor público cai em nível constante (reestruturação) e o número de desempregados permanece constante. Eis o modelo.

Tira-se daí que dois fatores são importantes na transição. O primeiro é o tamanho do choque inicial, ou o nível inicial de desemprego (considerando que, antes da transição, o desemprego era igual à zero). Quanto maior o nível inicial, mais forte e duradoura é a resistência à reestruturação e menor o crescimento do produto.

O segundo fator é a capacidade de criação de emprego do setor privado (que é medido pelo parâmetro a). Quanto maior a criação de emprego, menor é a fase inicial de ausência de reestruturação e maiores os efeitos no produto.

Finalmente, agora vem a tentativa de estimar o valor de U^* para a Polônia.

III.2 – Aplicação e análise do modelo

Cálculo do produto por trabalhador no setor privado sobre o público ($1 + \theta$):

	1989	1990	1991	1992	1993
Produto total (*)	649.525	574.180	530.582	538.609	560.153
Proporção do setor privado	28%	30,9%	41,7%	45,2%	47,9%
Total do produto no setor privado	181.867	177.422	221.253	243.451	268.313
Número de trabalhadores no setor privado	1,8	3,9	4,3	4,8	5,3
Produto por trabalhador no setor privado	101.037,22	45.492,72	51.457,11	50.719,01	50.625,15
Proporção no setor público	72%	69,1%	58,3%	54,8%	52,1%
Total do produto no setor público	467.658	396.758	309.329	295.158	291.840
Número de trabalhadores no setor público (*)	11,7	8,9	7,6	6,6	6,1
Produto por trabalhador no setor público	39.970,77	44.579,59	40.701,22	44.720,27	47.842,57
($1 + \theta$)	2,527	1,020	1,264	1,134	1,058

() O produto total e os totais nos setores público e privado são dados em milhões de zlotys a preços constantes. Os números de trabalhadores são dados em milhões, excluindo a agricultura (por opção dos autores do modelo original).*

De acordo com Blanchard, o produto por trabalhador no setor privado deve ser maior do que no público, o que tornaria o valor de ($1 + \theta$) necessariamente maior do que 1. Pode se ver que isto ocorre em todos os anos. Está aqui o retrato da “realocação” de

recursos de um setor menos produtivo para um mais produtivo. A primeira hipótese do modelo, juntamente com a primeira etapa do cálculo, está cumprida¹³.

Cálculo da criação de emprego no setor privado (H):

	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Emprego total (*)	-	13,5	12,8	11,9	11,4	11,4
Emprego no setor privado (*)	0	1,8	3,9	4,3	4,8	5,3
H	-	0,133	0,164	0,033	0,044	0,044

(*) Novamente, os números de trabalhadores são dados em milhões, excluindo a agricultura (por opção dos autores do modelo original).

Aqui deve ser feita uma ressalta sobre a queda no valor desse parâmetro e na sua constância nos anos de 1992 e 1993. De fato, essa constância bate com a constância no desemprego, o que deveria indicar a reestruturação do setor público polonês, segundo o modelo.

Cálculo do salário privado sobre o público (w):

	1989	1990	1991	1992	1993
Salário médio no setor privado (*)	5280	3996	3984	3876	3840
Salário médio no setor público (*)	4464	4464	4464	4464	4464
w	1,183	0,895	0,892	0,868	0,860

(*) Estes valores são dados em zlotys, multiplicados por doze (número de meses). A forma do cálculo é a mesma usada por Blanchard (1994).

Cálculo da capacidade de criação de emprego do setor privado (a):

	1989	1990	1991	1992	1993
a (*)	0,099	1,309	0,090	0,164	0,221

(*) Esse cálculo é baseado na fórmula $H = a (1 + \theta - w)$, ou (1.1), do modelo apresentado.

¹³ De fato, Blanchard cita que: “A estrutura básica do modelo que desenvolvemos é padronizada, de uma transição de um setor de baixa produtividade para um de alta produtividade.” (Blanchard, 1994, pg. 283).

Taxa de juros polonesa (r):

	1989	1990	1991	1992	1993
r (*)	104%	48%	36%	32%	29%

(*) Estes valores são dados pelo sistema Bloomberg.

Cálculo da probabilidade de conseguir um emprego (λ) ou de perder ($1-\lambda$):

	1989	1990	1991	1992	1993
U	0,10%	6,3%	11,8%	13,6%	16,4%
λ (*)	0,992	0,616	0,284	0,322	0,267
$(1-\lambda)$ (*)	0,008	0,384	0,715	0,677	0,732

(*) Esse cálculo é dado por Blanchard (1997) na relação entre o desemprego (U) e a criação de emprego (H)

Cálculo dos benefícios aos desempregados (b) e da diferença entre estar empregado e desempregado (c):

	1989	1990	1991	1992	1993
Produto por trabalhador no setor privado sobre o público ($1+\theta$)	2,527	1,020	1,264	1,134	1,058
b (*)	0	0,002	0,015	0,019	0,012
c (*)	0,582	0,815	1,360	1,321	1,520

(*) Os benefícios aos desempregados (b) são medidos em termos de proporção do produto por trabalhador no setor privado sobre o público¹⁴. Já diferença entre estar empregado e desempregado (c) é dada pela fórmula $w = b + c (r + H/U)$, ou (1.5), do modelo apresentado.

Finalmente, com esses dados, é possível calcular o desemprego de equilíbrio (U*):

Parâmetros	Valores
Numerador	0,087875815
Denominador	0,399320187
U* (*)	0,22

¹⁴ Estas proporções, por sua vez, são dadas no livro "Poland: the path to a market economy" (pg. 96), citado na bibliografia.

(*) Este valor é dado pela fórmula $U^* = ca \frac{(\theta - (1 - \lambda)cr)}{(1 - b - \lambda cr)}$, ou (1.13), do modelo

apresentado. Os dados são para o ano de 1989, da transição econômica polonesa.

Ou seja, como o desemprego inicial (0,10%) é menor do que o valor crítico (22%), a Polônia entra no primeiro caso do modelo, em que alguma reestruturação é feita e o desemprego vai subindo até chegar neste valor crítico. Quando nele chegar, a reestruturação do setor público se dá e o desemprego se mantém constante até o fim dessa fase, quando começa a cair. Será visto, então, o que realmente ocorreu na economia polonesa em termos de desemprego.

No quadro abaixo se vê o desemprego mensal na economia polonesa após a transição:

Quadro 8: Desemprego mensal na economia polonesa (percentagem sobre a PEA)¹⁵

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1990	0,3	0,8	1,5	1,9	2,4	3,1	3,8	4,5	5,0	5,5	5,9	6,5
1991	6,6	6,8	7,1	7,3	7,7	8,4	9,4	9,8	10,5	10,8	11,1	12,2
1992	12,1	12,4	12,1	12,2	12,3	12,6	13,1	13,4	13,6	13,5	13,5	14,3
1993	14,2	14,4	14,4	14,4	14,3	14,8	15,4	15,4	15,4	15,3	15,5	16,4
1994	16,7	16,8	16,7	16,4	16,2	16,6	16,9	16,8	16,5	16,2	16,1	16,0
1995	16,1	15,9	15,5	15,2	14,8	15,2	15,3	15,2	15,0	14,7	14,7	14,9
1996	15,4	15,5	15,4	15,1	14,7	14,3	14,1	13,8	13,5	13,2	13,3	13,2
1997	13,1	13,0	12,6	12,1	11,7	11,6	11,3	11,0	10,6	10,3	10,3	10,3
1998	10,7	10,6	10,4	10,0	9,7	9,6	9,6	9,5	9,6	9,7	9,9	10,4
1999	11,4	11,9	12,0	11,8	11,6	11,6	11,8	11,9	12,1	12,2	12,5	13,1
2000	13,7	14,0	14,0	13,8	13,6	13,6	13,8	13,9	14,0	14,1	14,5	15,1
2001	15,7	15,9	16,1	16,0	15,9	15,9	16,0	16,2	16,3	16,4	16,8	17,4
2002	18,1	18,2	18,2	17,9	17,3	17,4	17,5	17,5	17,6	17,5	17,8	18,1
a) (*)												
2002	20,1	20,2	20,1	19,9	19,2	19,4	19,4	19,5	19,5	19,5	19,7	20,0
b) (*)												
2003	18,6	18,7	18,6	18,3	17,9	17,7	17,7	17,6	17,5	17,4	17,6	18,0
a) (*)												
2003	20,6	20,7	20,6	20,3	19,8	19,7	19,6	19,5	19,4	19,3	19,5	20,0
b) (*)												

¹⁵ Fonte: Centro de Estatística de Varsóvia. http://www.stat.gov.pl/english/dane_spol-gosp/praca_ludnosc/stopa_bezrobocia/index.htm.

2004	20,6	20,6	20,5	20,0	19,6	19,5	19,3	19,1	18,9	18,7	18,7	19,1
2005	19,5	19,4	19,3	18,8	18,3	18,0	17,9					

(*) Os dados nesses dois anos apresentam variações: a letra (a) é calculada com base no Censo da Agricultura de 1996; a letra (b) é calculada com base no Censo Nacional de População e Moradia de 2002.

Pode-se ver no quadro que há, aparentemente, dois anos de reestruturação: 1992 e 1993 (sem levar em conta, no momento, o valor crítico calculado, este será retomado no fim da análise). No final de 1992 o desemprego se manteve em um patamar constante de 13,5% e em 1993, ele varia pouco durante o ano, chegando a seu auge (em julho) e depois caindo continuamente.

A queda é lenta, ocorre, no entanto, que em 1998 o desemprego volta a subir e ultrapassa o valor máximo de 1993. Depois, começa a cair novamente chegando aos 18% até os dias de hoje.

Como visto no modelo, a Polônia enquadrar-se-ia no primeiro caso, ou seja, aquele em que o desemprego começa baixo, chega a um auge (ponto de reestruturação) e depois começa a cair. Os fatos mostram que não é isso que ocorre na prática. Como já foi visto, *ceteris paribus*, o desemprego continua crescendo mesmo após a fase sugerida de reestruturação.

Como modelo foi apresentado por Blanchard em 1997, não há uma resposta do autor para isto. Alguns autores (como Francesco Pastore¹⁶) sugerem que o desemprego apenas permanece alto em certas regiões (onde não se deu a reestruturação por completo), o que influencia o total. Segundo ele há um fator estrutural que é o desemprego regional, em certas regiões da Polônia. A reestruturação teria ocorrido mais rápido em certas regiões do que em outras.

Ainda na linha estrutural, certos autores¹⁷ afirmam que (em ordem de importância), os benefícios sociais do governo, impostos sobre o trabalho, sindicatos e mudanças nas leis trabalhistas tiveram forte influência.

¹⁶ Fonte: “Workers’ Reallocation and the Speed of Transition across Polish Regions”.
<http://www.dise.unisa.it/AIEL/pastore.pdf>.

¹⁷ Fonte: “Explaining unemployment and its persistence in the transition countries: some conjectures”.
http://www.london.edu/assets/documents/PDF/commander_1.pdf, pg. 5.

Como última análise, outros autores (como Andrew Melnyk¹⁸) relacionam o fator estrutural com o alto salário mínimo, que deixaria certas regiões com excesso de emprego e outras com grande desemprego. Como o salário mínimo é muito alto, os trabalhadores não teriam o desejo de mudar de emprego ou de buscar um melhor; a elasticidade entre os salários e as variações no desemprego seria baixa pelos altos salários mínimos. A eficiência econômica não influenciaria no desemprego por este motivo.

As três análises têm seus acertos e suas falhas. A primeira admite que o tempo resolveria o problema, quando a reestruturação chegasse em todas as regiões, o que, até onde se tem notícia, não ocorre. A segunda ignora alguns aspectos da “realocação” e da forte presença do setor privado (de fato, nos anos em que há mais transferência de recursos para o setor privado é que há maior crescimento do desemprego). E a terceira sugere, em algum momento, certa inércia econômica, o que também não ocorre na prática e, como visto anteriormente, no caso da Polônia, não há “overhang”.

Minha análise não será tão profunda. Basta saber que a reestruturação não se deu por completo e que os resultados que a economia apresentou não foram tão positivos. Por mais que tenha havido desenvolvimento, o desemprego gerado não pode ser ignorado.

Para solucionar esse desemprego, a reestruturação do setor público poderia ter sido mais eficiente e, portanto, a transição poderia ter sido mais bem planejada.

Na prática, o que acredito ter ocorrido é o desenvolvimento de um setor privado extremamente eficiente. Isso impediu o desemprego de chegar no seu valor crítico (como calculado, 22%), e o setor público de se reestruturar. Esse setor privado foi capaz de reduzir temporariamente o desemprego, no entanto, essa situação tornou-se insustentável no longo prazo, dada a necessidade da existência de um setor público (tanto em parceria com o privado como não) para a criação de empregos em áreas e regiões pouco produtivas para o setor privado, onde o investimento inicial e o custo de entrada tendem a ser muito altos. Assim, o desemprego voltou a subir quando o setor privado não mais teve condições de criar novos empregos e absorver a massa de desempregados e quando a reestruturação do setor público não mostrou grandes resultados.

¹⁸ Fonte: “*The minimum wage and unemployment in Poland: lessons for Cuba’s transition*”.
<http://lanic.utexas.edu/la/cb/cuba/asce/cuba6/14melnyk.fm.pdf>.

Infelizmente, como os dados são muito recentes, ainda não é possível saber se a constância do desemprego em 2002 e 2003 possam ter representado uma verdadeira fase de reestruturação, não atingida pelo auge anterior. O fato de o desemprego ter chegado bem próximo do valor crítico (20,6% para o valor crítico que é 22%) talvez dê alguma pista sobre o assunto. No momento, porém, o importante é que a transição não foi tão bem sucedida como demonstravam os resultados anteriores. Ou, se foi, apenas apresentou grandes resultados para alguns setores da economia polonesa.

III.3 – Desenvolvimento da economia

Quadro comparativo entre a Polônia e a Bulgária:

Quadro 9: Receitas e Despesas do governo na transição da Bulgária¹⁹

	1989	1990	1991	1992	1993
Receitas totais	59,8%	51,6%	40,4%	38,3%	35,2%
Receitas via impostos	23,2%	17,9%	16,5%	8,4%	5,4%
Gastos totais	61,5%	60,4%	55,0%	53,4%	50,9%
Bens e serviços	24,1%	22,5%	17,6%	18,7%	17,5%
Pagamentos em juros	3,1%	5,6%	17,9%	15,9%	14,2%
Benefícios sociais	10,4%	12,0%	13,7%	14,3%	15,2%
Subsídios	15,5%	14,9%	4,2%	1,8%	2,2%
Gastos em capital	5,5%	3,1%	2,0%	2,8%	1,9%
Déficit	1,7%	8,8%	14,6%	15,1%	15,7%

Quadro 10: Receitas e Despesas do governo na transição da Polônia²⁰

	1989	1990	1991	1992	1993
Receitas totais	34,1%	44,5%	41,5%	44,0%	44,8%
Receitas via impostos	21,6%	28,2%	21,9%	24,3%	26,2%
Gastos totais	39,9%	41,3%	48,0%	50,7%	47,2%
Bens e serviços	2,5%	4,6%	7,6%	6,0%	4,9%
Pagamentos em juros	-	0,4%	1,5%	2,7%	3,8%
Benefícios sociais	16,3%	17,9%	20,3%	22,8%	21,8%
Subsídios	10,6%	7,3%	5,0%	3,3%	3,7%
Gastos em capital	3,4%	3,7%	2,0%	1,6%	1,6%

¹⁹ Fonte: Blanchard (1997), pg. 124.

²⁰ Fonte: Banco Mundial. Endereço na internet citado, pg. 120.

Déficit	5,8%	-3,2%	6,5%	6,7%	2,4%
----------------	------	-------	------	------	------

Pode-se notar claramente diferenças entre as duas economias. Segundo Blanchard, para a Bulgária, a “realocação” não se deu adequadamente e a queda nos subsídios foi ocasionada simplesmente por uma queda nos rendimentos (por sua vez ocasionada por uma queda no produto). Além disso, o aumento dos benefícios sociais foi pequeno em relação ao desemprego. Também é notável uma queda grande nas receitas descompassada com os gastos; para o governo, o resultado foi um corte nos gastos com capital e um aumento do déficit.

Já na Polônia, as receitas aumentaram e também os gastos, mas com certa constância. O déficit mostra uma certa estabilidade (e até um superávit no ano de 1990), o que é um reflexo do planejamento econômico. Os subsídios caíram, o que mostra a “realocação”, os benefícios sociais aumentaram (no entanto, sem acompanhar o desemprego) e os gastos em capital caíram.

Portanto, o desenvolvimento da economia polonesa mostra estar relacionado principalmente com o setor privado. A transição mostra claramente a “realocação”, entretanto, a sugerida reestruturação não é confirmada, em sua totalidade, pelos dados.

III.4 – Modernização

Os planos de transição econômica tinham como objetivo um crescimento de longo prazo da economia, com entrada de capital externo e aquisição de conhecimento técnico de modo a gerar um aumento da produtividade, criar empregos e aumentar os padrões de vida.

De fato, como foi visto, a economia polonesa teve um grande desenvolvimento nos anos após a transição e mostrou a transferência de recursos para o setor privado (ou “realocação”) e um crescimento econômico sem casos similares.

A economia tornou-se competitiva no mercado externo, integrou-se aos demais países europeus e teve um processo veloz de privatização. De fato, a industrialização, nos anos mais recentes, vem atingindo os setores de aço, carvão, telecomunicações, saúde, educação e as empresas associadas às forças armadas.

Além disso, também tem ocorrido, ainda que sem a mesma velocidade, privatizações no setor rural e na agricultura do país, ainda que deficientes. Estes setores empregam ainda 25% da população economicamente ativa e são responsáveis por 6% do PIB. Eles, porém, permanecem superpovoados e fragmentados. O progresso das privatizações demonstrou grande sucesso, mesmo sendo ambicioso nos resultados.

Somente o setor bancário demonstrou falhas, sendo feita uma reforma no ano de 1993, para que os bancos obtivessem novos capitais. Essa reforma gerou uma privatização ampla dos bancos e demonstrou um sucesso razoável. As finanças ainda não estão plenamente organizadas, nem atingiram um nível de transparência adequado e, sobretudo, os investimentos ainda não suprem a economia de forma ampla.

Como lição para economias em transição ou situação semelhante, fica a lição do desenvolvimento de bancos comerciais, como canal principal de circulação de capitais e da administração de investimentos.

Ainda que a principal crítica, e relacionada com a questão bancária, seria uma reestruturação do setor público pouco robusta e insuficiente, não acompanhando a “realocação” para o setor privado.

III.5 – Questão social

Quadro do coeficiente de Gini na Polônia:

Quadro 11: Coeficiente de Gini para a renda per capita na Polônia²¹

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Coef. de Gini	0,270	0,274	0,270	0,272	0,278	0,271	0,266	0,264	0,285	0,298	0,294	0,301	0,319

Já foi visto que a transição gerou um desemprego (e isso era esperado pelo modelo de Blanchard). Foi também visto que o desemprego mostrou-se persistente. Agora vê-se que a transição também gerou um aumento na desigualdade entre as rendas e essa também mostra-se persistente.

De fato, os índices de pobreza em média dobraram em relação aos anos antes da transição. Foi visto que em 1993, 14,4% da população polonesa abaixo do valor mínimo de pensão e 26,3% tinha gastos abaixo do salário mínimo.

Há aqui uma importante questão social que não pode de forma alguma ser ignorada: os resultados positivos da economia polonesa não foram acompanhados de um aumento no bem-estar da população. O caminho foi exatamente o inverso.

²¹ Fonte: FMI. <http://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.cfm?sk=3653.0>, pg. 31.

Parte IV: Transformações

IV.1 – Revisão

Nesse trabalho foi visto que, após a transição, a economia polonesa teve, em geral, um bom resultado. A inflação e a dívida externa foram controladas, a privatização teve grande êxito, a indústria tornou-se competitiva e a economia integrou-se à europeia e mundial. A estabilidade macroeconômica foi conquistada e as políticas monetária e fiscal, respectivamente restritiva e levemente expansionista, tiveram um resultado triunfal.

Entretanto, há uma questão social, que não pode ser ignorada, em que o sucesso econômico veio acompanhado de desemprego e péssimos resultados em termos de bem-estar da população polonesa.

IV.2 – Economia polonesa moderna

A economia polonesa ainda enfrenta o problema social e até o ano de 2004, a taxa de desemprego vinha subindo. As demais variáveis demonstram um resultado favorável, o crescimento tem se mostrado sustentável e as perspectivas para o futuro são bem otimistas.

No ano de 2004, a Polônia entrou na União Européia e as promessas da economia foram comprovadas.

IV.3 – Entrada na União Européia

A entrada foi recente, mas a economia já demonstra ótimos resultados. A partir de 2004, o desemprego começa a cair e os resultados são ainda mais robustos. As exportações aumentaram em um valor extraordinário (aproximadamente 40% em relação à 2003), mesmo com uma queda na demanda na Europa Ocidental, e as importações crescendo 33%. Hoje, as exportações para a União Européia ocupam 70% do total. A economia teve uma inflação de 3,5%, um resultado excepcional visto que o PIB cresceu 5,4% e a previsão para 2005 é de 5,5% para o PIB.

Talvez esses resultados ainda sejam fruto de um otimismo inicial pela entrada na União Européia. De qualquer maneira, no ano de 2005, o desemprego volta a cair, e ainda de forma mais acentuada do que em 2004, e as perspectivas para o futuro são cada vez melhores. A economia polonesa está hoje em um momento interessante, possivelmente um dos melhores em toda sua história.

IV.4 – A transição foi bem sucedida?

De acordo com a minha opinião, a transição poderia ter sido melhor conduzida de forma a fazer uma reestruturação mais eficiente do setor público, um maior combate ao desemprego e uma melhor implementação do setor bancário e financeiro privados.

A questão social não pode ser ignorada e, por melhores que tenham sido os resultados, esta deixou bastante a desejar e, novamente pela minha opinião, ela poderia ter sido sanada ou minimizada com uma maior participação e adaptação do setor público.

É claro que é bem mais fácil observar tais questões hoje, depois que tudo já aconteceu, ainda que o desemprego tenha voltado a crescer por quase cinco anos. No entanto, Blanchard define uma transição bem sucedida como aquela que conseguir completar, na menor duração possível, as fases de “realocação” e reestruturação com êxito. Na segunda fase, a economia polonesa mostrou-se frágil. Portanto, não, não foi uma transição bem sucedida.

Conclusão

Pode-se concluir que a transição polonesa após o comunismo não foi assim tão bem sucedida quanto os resultados demonstraram e quanto algumas literaturas sugerem. As evidências para isso estão nos resultados negativos e pouco robustos em termos de emprego, bem-estar populacional e também no setor financeiro e bancário.

A enorme deficiência foi no setor público, que não se reestruturou propriamente, de forma ampla e robusta, após a transição e limitou-se a transferir seus recursos para o setor privado através de vastas privatizações.

Um dos objetivos iniciais do trabalho era descobrir quais lições ficam da transição polonesa e creio que a importância do setor público e do planejamento público-privado foram claramente demonstrados.

Parece muito estranho que uma economia, mostrando os resultados que a Polônia mostrou, tenha sido tão deficiente em combater o desemprego e cuidar da sua população. Aí entra o valor do governo e do setor público para tentar direcionar o mercado e corrigir as suas falhas. A Polônia é uma prova clara disso.

Bibliografia

BLANCHARD, Dornbusch, Krugman, Layard and Summers. *Reform in Eastern Europe*. The MIT Press; Cambridge, Massachusetts; London, England. 1991.

BLANCHARD, Olivier & Aghion, Philippe. *NBER Macroeconomics Annual 1994: "On the speed of transition in central Europe"*. The MIT Press; Cambridge, Massachusetts; London, England. 1994.

BLANCHARD, Olivier. *The Economics of Post-Communist Transition*. Clarendon Press, Oxford. 1997.

CLAUDÍN, Fernando. *Oposição no "Socialismo Real": União Soviética, Hungria, Tchecoslováquia*, . Editora Marco Zero. 1983.

EBRILL, Liam P., Ajai Chopra, Charalambos Christofides, Paul Mylonas, Inci Otker and Gerd Shwartz. *Poland: The Path to a Market Economy*. International Monetary Fund, Washington DC. 1994.

EPSTEIN, Rachel. *International Institutions and the Depoliticization of Economic Policy in Postcommunist Poland: Central Banking and Agriculture Compared*. EUI Working Paper. 2002/69.

EPSTEIN, Rachel. *The Internationalization of Finance and Defense on Postcommunist Poland*. EUI Working Paper. 2003/2.

FERNANDES, Luís. *URSS ascensão e queda*. Editora Anita Garibaldi. 1992.

LACERDA, C. de Faro. *O Essencial sobre a Polônia*. edição de Vida. 1944.

TRADE Policy Review: Poland. General Agreement on Tariffs and Trade. Geneva. Volume I. 1992.

TRADE Policy Review: Poland. World Trade Organization. Geneva. 2000.

INTERNET:

- <http://www.nbp.pl/> - Banco Central Polonês.
- <http://www.poland.pl/> - Sobre a Polônia.
- <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/pl.html> - CIA (The World Factbook): Poland.
- http://www.exxun.com/Poland/e_ec.html - Exxun: Poland.
- <http://www.traveldocs.com/pl/economy.htm> - TDS: Poland, Economy.
- http://www.photius.com/wfb/wfb1999/poland/poland_economy.html - Poland, Economy.
- <http://www.einnews.com/poland/newsfeed-PolandEconomy> - IPDGroup: Poland News.
- <http://www.nationmaster.com/country/pl/Economy> - Nation Master: Poland Profile Economy.
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%B4nia> - Wikipedia: Polônia.
- <http://usinfo.state.gov/journals/ites/1198/jjep/ie119810.htm> - USIA: Corrupção; as experiências na Polônia e na Rússia.
- <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2001/03/keane.htm> - Int. Monetary Fund: Poland; Inequality, Transfers and Growth in Transition.
- <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2875.htm> - U. S. Department of State: Poland.
- <http://www.imf.org/external/country/POL/index.htm?pn=0> - FMI: Publicações sobre a Polônia (de diversos autores, inclusive Leszek Balcerowicz).
- <http://info.worldbank.org/etools/bspan/PresentationView.asp?PID=955&EID=328> - Apresentações sobre a transição polonesa.